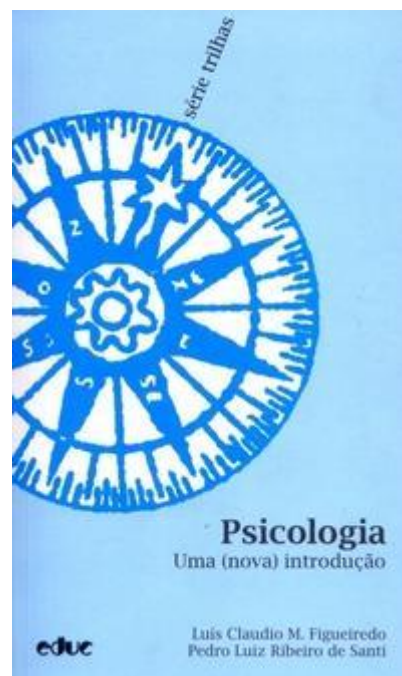

SUBJETIVIDADE PRIVATIZADA E PRODUÇÃO DO SABER PSICOLÓGICO: Uma introdução sócio-histórica.

FIGUEIREDO, Luís Claudio M.; SANTI, Luiz Ribeiro. *Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência*. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2010. 104p.

Adriano Machado Oliveira
Sabrina Copetti Oliveira

Na presente obra introdutória ao estudo da Psicologia, os autores buscam nas alterações subjetivas introduzidas pela modernidade, as raízes da consolidação da ciência psicológica a partir de um viés sócio-histórico. Trata-se, sem dúvida, de uma colaboração efetiva para o estudante iniciante, ou seja, aquele que busca familiarizar-se com o surgimento do saber psicológico e, principalmente, com o modo como esse saber emergiu como necessidade social. Neste ponto, pois, é que situamos a valiosa colaboração que os dois autores trazem ao ensino da Psicologia: trazer ao professor e ao aluno um texto claro e conciso e, simultaneamente, uma escrita que permite visualizar sem reducionismos cronológicos a forma como a noção de interioridade foi forjada no sujeito ocidental, articulando eventos históricos e sociais à produção de uma subjetividade privatizada que forneceu as bases sociais para a produção do saber psicológico como demanda da sociedade.



Em seu primeiro capítulo, “A psicologia como ciência independente” (p. 13-17), os autores buscam, de forma introdutória, lançar algumas das principais interrogações e problemas que nortearam as primeiras discussões e elaborações teóricas acerca de uma psicologia independente das demais ciências. De um lado, o saber psicológico buscou emancipar-se das disciplinas biológicas e sociais; de outro, contudo, os primeiros psicólogos buscaram apoio justamente nessas áreas para o desenvolvimento de suas teorias. Essa busca por uma identidade científica, por conseguinte, iniciada na segunda metade do século XIX, irá nortear as reflexões do capítulo seguinte, de forma que o contexto cultural da modernidade se evidencie como um elemento central na produção dos saberes psicológicos.

No segundo capítulo, intitulado “Pré-condições para o aparecimento da psicologia como ciência no século XIX” (p. 19-53), Figueiredo e Santi (2010) iniciam uma análise aprofundada dos determinantes socioculturais que irão auxiliar a emergência de uma sociedade que veja na noção de interioridade algo plausível e necessário. Para tanto, os autores conceituam como “subjetividade privatizada” (p. 19) a experiência pessoal e, mais tarde, coletiva, que a sociedade ocidental desenvolveria em torno de referentes que são construídos de forma reflexiva e não mais elaborados pelos critérios da tradição e religião. Segundo os autores, “a perda de referências coletivas, como a religião, a ‘raça’, o ‘povo’, a família ou uma lei confiável obriga o homem a construir referências internas” (p. 21). Em seguida, acrescentam: “nessa situação, o homem descobre que é capaz de tomar suas próprias decisões e que é responsável por elas” (p. 21). Nesse processo de interiorização da experiência subjetiva dos sujeitos, faz-se mister destacar a influência do surgimento da imprensa, no século XVI. A partir dela, pois, inicia-se a prática cultural da leitura silenciosa, de modo que os sujeitos passem a permitir-se a evasão das situações familiares e sociais para, de modo solitário, elabore “...um diálogo interno que desenvolva construção de um ponto de vista próprio”. Essa análise, por sua vez, igualmente se faz presente nos apontamentos de Giddens (2002)¹, quando o sociólogo britânico aponta para o desencaixe da tradição e da religião como elementos centrais da emergência da reflexividade do homem ocidental. Segundo ele, é nesse momento – o período que segue o iluminismo europeu – que o eu se torna um projeto reflexivo (GIDDENS, 2002). Era necessário, portanto, que tradição e religião, como instâncias que orientavam os comportamentos, perdessem crédito socialmente, a fim de que a busca de respostas para a vida individual e coletiva passasse a ser buscada na elaboração de narrativas de forma privada e intimista.

Na esteira dessas reflexões, os dois autores passam a analisar, ainda no segundo capítulo, a crise do sujeito propriamente moderno. O romantismo, nessa direção, aparece como um movimento literário a representar “...uma nostalgia de um estado anterior perdido” (p. 37). A busca de um sujeito racional e independente de uma visão religiosa do mundo, iniciada no Renascimento italiano, passando pela busca dos critérios do conhecimento verdadeiro em Descartes, atingiria seu ápice com a preocupação dos filósofos da ciência em anular a subjetividade do pesquisador frente a seus objetos de pesquisa.

No fragmento abaixo, os autores apontam o quanto a emergência do romantismo, de fato, colaborou para a sedimentação da experiência da subjetividade privada do sujeito ocidental:

Aquilo que na “fundação” da modernidade dever ser excluído do “eu” ou mantido sob o férreo controle do Método parece agora invadi-lo. A razão é destronada, o Método

¹ GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

feito em pedaços e o “eu” racional e metódico é deslocado do centro da subjetividade e tomado agora como uma superfície mais ou menos ilusória que encobre algo profundo e obscuro (p. 37).

Somando-se à influência dessa matriz de caráter literário, a construção desse sujeito que vê cada vez mais presente a noção de interioridade como parte de sua vida cotidiana, tem também nas alterações econômicas da modernidade outra de suas matrizes.

Como destacam os autores noutro segmento do mesmo capítulo (p. 40-48), o florescimento de uma sociedade de mercado, na qual os sujeitos não mais estariam submetidos aos impositivos da consanguinidade como legitimadora de posições sociais imutáveis, trouxe a liberdade individual como valor e a fracasso social como atributo pessoal. De outro modo, isto significa que a antiga comunidade, antes coesa e protetora, agora cede lugar para a individualização crescente das trajetórias de vida, ao passo que o sujeito ao mesmo tempo em que pode ascender economicamente – através das garantias do Estado de liberdade e igualdade perante a lei –, vê-se igualmente solitário diante das intempéries ocasionadas pela exploração do trabalho assalariado em uma sociedade de classes.

Novamente, pois, mudanças sociais acabam reforçando a experiência de uma subjetividade privada, mesmo que a interioridade, naquele momento, fosse forjada através de um sentimento de decepção:

Parece que de fato a liberdade individual acabou não sendo vivida como tão boa assim porque, de um jeito ou de outro, todos parecem se defender contra o desamparo, a solidão e a imensa carga de responsabilidade que implica ser livre, ser singular, ter interesses particulares e ser diferente. É na busca de reduzir os “inconvenientes” da liberdade, das diferenças singulares, etc. que se foi instalando e sendo aceito entre nós, ocidentais e modernos, um verdadeiro sistema de docilização, de domesticação dos indivíduos... (p. 47).

Aqui, desse modo, deparamo-nos com dois elementos centrais apontados pelos autores como responsáveis por gerarem as condições socioculturais para o aparecimento da psicologia como ciência. De um lado, a tomada de consciência de que a liberdade oferecida pela sociedade de classes se mostrava apenas teoricamente – na medida em que instituições sociais como a escola (e também as fábricas) prosseguiam um trabalho de disciplinamento dos corpos e das mentes –, ao mesmo tempo em que os Estados modernos buscavam novas formas de obter um controle satisfatório sobre sujeitos heterogêneos que agora deveriam responder às mesmas normas de um estado-nação artificialmente/militarmente forjado. Para Figueiredo e Santi (2010), dessa maneira,

abria-se caminho para a produção social, tanto em nível individual como institucional, de uma demanda pela psicologia científica, ora para auxiliar a compreensão dos dissabores pessoais em trajetórias existenciais agora desprovidas das antigas redes de amparo, ora para a predição/conformação dos sujeitos à nova ordem em plena construção pelos estados nacionais. Nesse sentido, pois,

em todas essas questões se expressa o reconhecimento de que existe um sujeito individual e a esperança de que é possível padronizá-lo... normatizá-lo, colocá-lo, enfim, a serviço da ordem social. (p. 51).

A partir do terceiro capítulo, “A prática científica e a emergência da psicologia como ciência” (p. 55-59), os autores passam a analisar de que modo as preocupações propriamente científicas, emergentes nas ciências humanas no final do século XIX, colaboram para a própria ideia de uma subjetividade privatizada. Para Figueiredo e Santi, os esforços feitos por pesquisadores desse período na direção de eliminarem a subjetividade da prática científica foram significativos para a cristalização social de que o ser humano possui uma dimensão psicológica a interferir em sua racionalidade. De outro modo, pois, por que haveriam tantos filósofos da ciência preocupados até a metade do século XX com a questão da objetividade dos procedimentos científicos nas ciências humanas? De fato, aqui as diferenças individuais entre os sujeitos são ressaltadas e colocadas em evidência, bem como uma série de traços pessoais que podemos considerar como variáveis psicológicas a incidirem sobre o olhar do pesquisador. Nessa direção, “...as práticas científicas contribuíram para o reconhecimento, entre os próprios cientistas, com seus ideais de objetividade, de que há fatores subjetivos e individuais permanentemente em ação” (p. 57-58). Mais uma vez, dessa forma, o desenvolvimento da modernidade estava a reforçar “...a ideia de uma experiência subjetiva individualizada, privada, acessível apenas a quem a vive” (p. 58).

No quarto capítulo, por sua vez, intitulado “Os projetos de psicologia como ciência independente” (p. 61-87), busca-se analisar, de forma concisa e com o mesmo viés sócio-histórico das seções anteriores, de que modo que as diferentes abordagens de psicologia científica buscaram compreender a subjetividade dos sujeitos. Da psicologia experimental e social de Wundt, passando pelos psicólogos funcionalistas, comportamentalistas e gestaltistas, até chegar-se às considerações psicanalíticas de Sigmund Freud e cognitivista de Jean Piaget, o leitor encontra as concepções de eu que nortearam esses projetos e de que modo cada uma delas colaborou, a seu tempo, para a construção/desconstrução das variáveis propriamente psicológicas do ser humano.

Em “A psicologia como profissão e como cultura”, capítulo final da obra, os autores apontam para o perigo que as distorções do saber psicológico podem gerar, quando incorporadas

pelo senso comum. Alertam sobre a existência de profissionais menos sérios, os quais, ao estarem respaldados por uma formação legal, colaboram para a disseminação de uma imagem equivocada da profissão, ora como mero conselheiro sentimental, ora como defensor do individualismo narcisista como ideal de vida. Nada disso, pois, corresponde à seriedade do saber psicológico e aos objetivos que as diferentes áreas da psicologia se propõem. Mais uma vez, hoje é a crise do modelo de subjetividade privatizada hegemônico que faz da psicologia uma área de interesse de várias camadas sociais, motivo esse que, segundo os autores, denotam a falência dos estilos de vida e das ideologias que os sustentam no cenário contemporâneo.

Psicologia: uma (nova) introdução (2010), por tudo isso, apresenta-se como uma obra de extrema relevância para a compreensão da produção do saber psicológico na conjuntura da modernidade. De uma forma clara e didática, sem perder de vista a profundidade argumentativa, Figueiredo e Santi (2010) fornecem ao leitor um quadro rico dos acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais que, de diferentes ângulos, colaboraram para a construção da experiência privada do sujeito moderno – condição prévia, como o presente livro procura evidenciar, do aparecimento da psicologia científica.

Recebido em abril de 2011
Aprovado em novembro de 2011